

## **Declaração Conjunta de Luanda**

### **“Um Apelo à Paz, ao Fim das Guerras e ao Respeito pelo Direito Internacional”**

*Nós, a República de Angola, país anfitrião, que fez da paz uma prioridade nacional e um legado a partilhar com o mundo, e o Alto Representante para a Aliança das Nações Unidas para as Civilizações (UNAOC), bem como líderes religiosos, mulheres, jovens, académicos e actores da sociedade civil, reunidos em Luanda, República de Angola, de 16 a 17 de Julho de 2026, por ocasião do terceiro capítulo da iniciativa “Um Apelo à Paz, ao Fim das Guerras e ao Respeito pelo Direito Internacional”,*

Apoiando-nos nos ensinamentos e no êxito dos debates realizados no lançamento da iniciativa “Apelo à Paz” em Guernica, Espanha, e, subsequentemente, em Sarajevo, Bósnia e Herzegovina, e inspirados pelo impulso gerado por este apelo global para promover ainda mais o diálogo, fomentar o entendimento mútuo e mobilizar a acção colectiva na construção de um futuro pacífico,

Reconhecendo a importância de respeitar e promover o princípio da boa cooperação entre nações vizinhas, tendo em conta os respectivos interesses económicos, sociais, políticos, de segurança e outros,

Recordando os propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, em particular a determinação de “poupar as gerações vindouras do flagelo da guerra” e de reafirmar a fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos entre homens e mulheres e entre nações, grandes e pequenas,

Recordando ainda a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os Pactos Internacionais sobre os Direitos Civis e Políticos e sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a Declaração e Programa de Acção sobre uma Cultura de Paz, bem como outros instrumentos internacionais relevantes destinados à promoção da paz, da tolerância, da reconciliação e da cooperação entre os povos,

Recordando que o povo angolano viveu 41 anos de conflito armado, de 1961 até à assinatura do Memorando de Entendimento complementar ao Protocolo de Lusaca, no Luena, em 4 de Abril de 2002, e que esta dolorosa experiência resultou na firme convicção de que a paz não é um dado adquirido, mas sim uma conquista diária que exige reconciliação, respeito mútuo e vontade política,

Reconhecendo que a reconstrução nacional angolana, assente na reintegração dos ex-combatentes, na reconciliação comunitária e na reconstrução de infra-estruturas e instituições, constitui um testemunho vivo de que as sociedades devastadas pela guerra podem redescobrir o caminho para a estabilidade, o desenvolvimento e a esperança,

Tomando nota da Declaração de Cascais, adoptada no 10.º Fórum Global da Aliança das Nações Unidas para as Civilizações, em Novembro de 2024, bem como da Declaração de Riade, adoptada no 11.º Fórum Global da Aliança das Nações Unidas para as Civilizações, em Dezembro de 2025, e saudando os esforços da comunidade internacional para promover o diálogo intercultural e inter-religioso como resposta aos desafios do extremismo violento, da intolerância e do ódio,

Reconhecendo Luanda como uma cidade de paz, que se transformou de epicentro de reconciliação e reconstrução de uma nação pós-conflito numa capital de diálogo, diplomacia e cooperação internacional, e que hoje acolhe instituições internacionais e iniciativas globais para promover o entendimento mútuo entre os povos,

Reconhecendo a urgente necessidade de reconstruir a confiança no direito internacional, no multilateralismo e na diplomacia, numa altura em que conflitos armados, ocupações, terrorismo e violações do direito internacional humanitário continuam a causar sofrimento em todo o mundo,

Cientes de que a paz duradoura depende tanto do silenciar das armas como da justiça social, da inclusão económica e da reconciliação entre comunidades — elementos essenciais para a consolidação dos processos de paz em África e no mundo,

Alarmados com a proliferação do discurso de ódio, das actividades mercenárias que provocam mudanças inconstitucionais de governos legítimos, da desinformação, da incitação à violência e da manipulação das redes sociais e digitais, que ameaçam a coesão social, aprofundam as divisões e comprometem a coexistência pacífica,

Reconhecendo a importância da Proibição das Armas Nucleares e incentivando as potências mundiais a redireccionar os seus gastos militares para um fundo mundial destinado a aliviar as necessidades dos povos mais desfavorecidos,

Incentivando o pleno envolvimento dos jovens, das mulheres, dos líderes religiosos, dos actores dos meios de comunicação social, da academia e da sociedade civil na promoção do diálogo, da reconciliação e da prevenção de conflitos,

Saudando abordagens inovadoras, incluindo a educação para a paz, o diálogo intercultural e inter-religioso, a diplomacia cultural, a diplomacia desportiva e o uso responsável e ético da inteligência artificial e das novas tecnologias, como instrumentos para promover a confiança, a cooperação e a coexistência pacífica,

Conscientes da nossa responsabilidade colectiva de salvaguardar o património cultural e religioso, de respeitar a diversidade como fonte de enriquecimento da humanidade e de assegurar que as tragédias do passado não se repitam,

Determinados a trabalhar em conjunto por um mundo em que as guerras cheguem ao fim, em que o direito internacional seja respeitado e em que a humanidade avance na unidade e na dignidade,

Declaramos o seguinte:

## **Os Nossos Compromissos —**

### **Reafirmação da Paz e do Direito Internacional**

Reafirmamos o nosso compromisso inabalável com a Carta das Nações Unidas, com o direito internacional e o direito internacional humanitário, e sublinhamos que não existe justificação para guerras de agressão, terrorismo ou ataques a civis, ao património cultural e a locais religiosos.

### **Luanda como Símbolo Global**

Reafirmamos Luanda como símbolo global da transição da guerra para a paz e comprometemo-nos a partilhar, através deste fórum de diálogo, a experiência angolana de reconciliação nacional com outras nações e povos afectados por conflitos ou em processos de pós-conflito.

### **Diálogo e Reconciliação**

Reconhecemos o papel indispensável do diálogo intercultural, inter-religioso e intercivilizacional na prevenção de conflitos, na promoção da reconciliação e na reconstrução da confiança entre nações e povos.

## **Dignidade Humana, Igualdade e Não Discriminação**

Reafirmamos a dignidade inerente e os direitos iguais de todos os seres humanos. Condenamos veementemente o racismo, a discriminação racial, a xenofobia, o anti-semitismo, a islamofobia, a cristianofobia e todas as formas de ódio, intolerância e exclusão.

## **Mulheres e Jovens como Agentes de Paz**

Sublinhamos a participação plena, igual e significativa das mulheres na construção da paz, na mediação e nos processos de tomada de decisão. Reconhecemos o poder transformador dos jovens como agentes de criatividade, inovação e paz, e comprometemo-nos a apoiar iniciativas lideradas por jovens para combater o extremismo e a intolerância.

## **Líderes Religiosos e Espirituais como Pontes para a Paz**

Reconhecemos o papel vital dos líderes religiosos e espirituais na promoção do entendimento mútuo, da reconciliação e do respeito entre comunidades. Sublinhamos a sua capacidade de servir de pontes de diálogo entre divisões, combatendo a intolerância e a violência, e promovendo valores de compaixão, solidariedade e unidade na diversidade.

## **Restaurar a Confiança no Multilateralismo e na Diplomacia**

Sublinhamos a necessidade urgente de restaurar a confiança no multilateralismo, reforçar a solidariedade e aprofundar a cooperação internacional, nomeadamente através da diplomacia preventiva, da mediação e de esforços de reconciliação.

## **Combate ao Discurso de Ódio e à Desinformação**

Manifestamos profunda preocupação com a difusão global da desinformação, da informação incorrecta e da incitação ao ódio, e comprometemo-nos a promover a integridade da informação, os meios de comunicação responsáveis e a educação para o pensamento crítico.

## **Respeito pela Diversidade e Salvaguarda do Património**

Celebramos a diversidade cultural, religiosa e linguística como fonte de enriquecimento da humanidade. Comprometemo-nos a salvaguardar o património cultural e religioso como fundamento essencial de sociedades pacíficas e inclusivas.

## **Resposta às Dinâmicas Contemporâneas de Conflito**

Reconhecemos a ameaça que as actividades mercenárias representam para a paz, a segurança e a coesão social, e sublinhamos a necessidade de reforçar a cooperação multilateral, a responsabilização e a prevenção de conflitos, em conformidade com o direito internacional.

## **Resolução de Conflitos**

Reafirmamos, à luz da experiência angolana, que a resolução de conflitos exige um compromisso sustentado com o desarmamento, a desmobilização e a reintegração de combatentes, a justiça de transição, a reconciliação nacional e a reconstrução institucional, e apelamos à comunidade internacional para que apoie, com recursos e vontade política, os processos de paz em curso em África e no mundo.

Sublinhamos o princípio das boas relações de vizinhança, de modo a que os conflitos possam ser prevenidos, o diálogo possa ser fomentado sempre que as circunstâncias o exijam, e este possa servir de base para prevenir tensões, conflitos e os seus efeitos nocivos na vida das nações e dos respectivos povos.

---

## **Inovação, Educação e Gerações Futuras**

Saudamos o uso responsável da inovação — incluindo a inteligência artificial, a educação para a paz, a diplomacia desportiva e as iniciativas culturais — como instrumentos de diálogo, entendimento e paz sustentável. Sublinhamos a importância do diálogo intergeracional como ponte entre a memória e o futuro.

## **Defesa dos Jogos Digitais Responsáveis**

Reconhecendo a crescente influência dos meios de comunicação digitais e do entretenimento interativo sobre os jovens e as sociedades, lançamos a campanha #Play4PeaceNotWar para promover jogos responsáveis e o envolvimento digital. Incentivamos os esforços para sensibilizar para o impacto potencial de conteúdos que glorificam ou normalizam a guerra e a violência armada através dos jogos, e reafirmamos o nosso compromisso de promover espaços digitais que contribuam para a paz, a dignidade humana e o entendimento mútuo.

## **Bienal de Luanda — Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz**

Reafirmamos o valor da Bienal de Luanda como plataforma de promoção de uma cultura de paz, de diálogo intergeracional e de prevenção da violência através da cultura, da arte e da educação, e comprometemo-nos a reforçar as sinergias entre esta iniciativa e o processo lançado através do “Apelo à Paz”, enquanto expressões complementares do compromisso de África com a paz e a segurança.

Exortamos os Estados-Membros das Nações Unidas, a União Africana, as organizações regionais e a comunidade internacional a reconhecer a experiência angolana como um modelo replicável de transição da guerra para a paz, e a investir na prevenção de conflitos, na mediação e na reconstrução pós-conflito como prioridades estratégicas globais.

## **Das Palavras à Acção**

Exortamos os Estados-Membros, as organizações internacionais, a sociedade civil, os líderes religiosos e as comunidades religiosas, as redes de mulheres e de jovens, e todas as partes interessadas a traduzir estes compromissos em acções concretas aos níveis local, nacional, regional e internacional, e a assegurar a responsabilização no avanço da causa da paz e do respeito pelo direito internacional, e incentivamos a criação de um lobby pela paz para mobilizar todas as partes interessadas em apoio a esta iniciativa.

**Nós, os participantes do “Apelo à Paz” de Luanda, proclamamos esta Declaração Conjunta como um renovado apelo ao fim das guerras, à restauração da confiança e ao respeito pelo direito internacional — convictos de que a humanidade só pode avançar na unidade, na dignidade, na justiça e na paz.**

---